



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED  
PROGRAMA FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO – FORMACAMPO



**FORMACAMPO**  
EDUCAÇÃO DO CAMPO

**2026**

# **CADERNO TEMÁTICO**

**Prof. Edjaldo Vieira dos Santos**  
**Prof. Gilvan dos Santos Sousa**

**Caderno nº 4 – Grupo de Trabalho sobre o PPP**

**Marcos Conceitual e Operacional do Projeto Político Pedagógico  
das Escolas do Campo**

# PARCERIAS

GOVERNO DO ESTADO



GOVERNO PRESENTE FUTURO PRA GENTE



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC



**UNEB**  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA

**UF B**  
Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia



**UNDIME BA**  
União Nacional dos Dirigentes  
Municipais de Educação



**UNCME-BA**



**PPGED**  
UESB  
Programa de Pós-Graduação em Educação





## COORDENAÇÃO GERAL

### **GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS MOVIMENTOS SOCIAIS, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIDADE (GEPEMDECC)**

Coordenação: Arlete Ramos dos Santos  
Secretária geral: Valéria Souza Lima Brito  
Assessor técnico: Ricardo Alexandre Castro

## COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Geovana Gomes Costa  
Nair Cristina Machado Lopes

## APOIO

### **Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA)**

Diretora de Educação dos Povos e Comunidades Tradicionais:  
Poliana Nascimento dos Reis

### **União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/BA)**

Presidente: Anderson Passos dos Santos

### **União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação (UNCME/BA)**

Presidente: Gilvânia Nascimento

### **Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UESB**

Coordenação:  
Cláudio Pinto Nunes  
Arlete Ramos dos Santos

## COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

### **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**

Coordenação: Bernardino Galdino de Sena Neto

### **Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)**

Coordenação:  
Jussara Tânia Moreira  
Julia Maria da Silva Oliveira

### **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)**

Coordenação: Gilsélia Freitas Macedo Cardoso Freitas

### **Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XVII)**

Coordenação: Luís Geraldo Guimarães



## **COORDENAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO (GT)**

### **GT1 – Diretrizes Municipais da Educação do Campo – DMEC**

Antoniclebio Cavalcante Eça  
Silvano Conceição

### **GT2 – Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo– PPP**

Edjaldo Vieira dos Santos  
Gilvan dos Santos Sousa

### **GT3 – Educação Integral em Tempo Integral nas escolas do campo**

Higro Souza Silva  
Antônio Domingos Moreira  
Maisa Dias Brandão Souza

### **GT4 – Educação Quilombola, Educação Indígena e Educação Especial e Inclusiva na Educação do Campo**

Niltânia Brito Oliveira  
Sólon Natalício Araújo dos Santos  
Jaqueline Braga Moraes Cajuiba

### **GT 5 – Matriz Curricular da Educação do Campo**

Vilma Áurea Rodrigues  
Inaiara Alves Rolim

### **GT 6 – Educação do Campo nos Planos Municipais de Educação**

Antoniél dos Santos Peixoto  
Eliane Nascimento dos Santos  
Pascoal João dos Santos



## COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Ana Elisa Antunes de Oliveira  
Ana Karine Porto Viana  
Beatriz dos Santos Pinheiro Cangussu  
Claudia Batista Silva  
Cynthia Rocha Silva  
Fabiano Neves Silva  
Fernanda Silva Santos  
Gean César dos Santos Nogueira  
Geysa Novais Viana Matias  
Henrique Reis Bispo  
Hernaide da Silva Miranda  
Isaias Teixeira dos Santos  
Izani Daniela Reis Gomes Rodrigues  
Janille da Costa Pinto  
Jaqueline Braga Moraes Cajaiba  
Jasmym Alves França  
Josleide Cristina D'oliveira Mattos

Liliane Lima Silva  
Liliane Soares Santana  
Maisa Rose Serra de Almeida  
Paula Bruna Soares dos Santos  
Priscila da Silva Rodrigues  
Queziane Martins da Cruz  
Raimunda Duarte Bonfim  
Rebeca Bispo Oliveira  
Regiane Dias Cardoso  
Roberio Santos Fontes  
Solange Balisa Costa  
Tadma Lays Dutra Gomes  
Vandique M. Campos Meira  
Vitor Guilherme Ribeiro Vieira Batista  
Welder Cardoso Oliveira  
Winner Santos  
Yure Oliveira Venceslau  
Zildete Soares Aranha Azevêdo

## BOLSISTAS

Carlos Barreto Carvalho Junior - (voluntário)  
Celidalva Gomes Sousa - bolsista IC (UESB)  
Davi Alves Guimarães - (voluntário)  
João Victor Souza - bolsista de extensão (UESB)  
Juliele Pereira Meireles do Carmo - bolsista de extensão (UESB)  
Letícia Oliveira Novais - bolsista de extensão (UESB)  
Queliane Alves Ferreira - bolsista IC (UESB)  
Maria Heloísa Oliveira Araújo - (voluntária)  
Steffany de Jesus Santos - (voluntária)

## APRESENTAÇÃO

*“O PPP é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.”*

LIBÂNEO, J.C. 2004. p.56.

“Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática”

Prezados/as cursistas e coordenadores municipais,

É com satisfação e alegria que apresentamos o Caderno Temático de nº 04 do GT2/PPP, cujo enfoque é **o Marco Conceitual e Operacional do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Campo**”, no qual o objetivo é apresentar uma compreensão do que são os Marcos Conceitual e Operacional, respectivamente, como eles se articulam, como discutirlos com os professores e demais segmentos da comunidade escolar, como planejar democraticamente as ações da escola a partir destes elementos constitutivos do PPP, de forma a expressarem seus compromissos coletivos com a formação das novas gerações.

O caderno está estruturado da seguinte forma:

- I. Mística;
- II. Questões geradoras para iniciar o diálogo a partir do conteúdo apontado no caderno temático 4;
- III. Proposta de oficina formativa (sugestão) para ser aplicada com os professores;
- IV. Atividade de aplicação e compromisso social do caderno temático 4 a ser respondida e enviada pelos cursistas e coordenadores municipais;

Boa leitura e excelente reflexão!

A luta continua e ninguém solta a mão de ninguém.

## MÍSTICA

### O Cordel da Educação do Campo Identidade e Resistência

Peço licença ao rastro,  
 À poeira do estradão,  
 Pra cantar em sete linhas  
 Um grande mutirão:  
 A história da escola  
 Que brotou lá no sertão,  
 Para dar ao camponês  
 Direito, voz e quinhão.  
 O ano era noventa e sete,  
 Em Luziânia começou,  
 O Encontro Nacional  
 Que a semente espalhou.  
 O MST e parceiros,  
 Todo mundo se juntou,  
 Dizendo: "O campo tem direito,  
 O sistema se enganou!"  
 Desse grito destemido,  
 Uma força se refez:  
 Noventa e oito chegou  
 Com a sua altivez.  
 Nasceu o PRONERA forte,  
 Vejam só quanta lucidez,  
 Alfabetizando o povo  
 Da roça de uma vez!  
 Na virada do milênio,  
 A luta não foi em vão.  
 Em dois mil e dois, as Diretrizes  
 Vieram dar a direção.  
 O Conselho de Educação  
 Assinou a resolução:  
 Escola na terra própria,  
 Respeitando a tradição!  
 Dois mil e sete desponta  
 Com o Saberes da Terra no chão,  
 Trazendo a pedagogia  
 Da alternância e da união.  
 E no ano de dois mil e dez,  
 O decreto deu proteção:  
 Educação do Campo agora  
 É decreto, é obrigação!  
 Mas veio o golpe da caneta,  
 Uma herança de agonia:  
 Fecharam-se tantas escolas  
 Com frieza e covardia!  
 Deixar o povo sem sala,  
 Sem livro, sem poesia,  
 É tentar matar a roça  
 Pra dar vez à sesmaria!  
 Fechar escola no campo  
 É um crime sem perdão!  
 O jovem pega a mochila,  
 Ruma pra transmigração,  
 Esvaia-se a comunidade,  
 Fica órfão o ribeirão...  
 Quem fecha escola, destrói  
 O futuro da nação!

Mas para frear esse mal  
 E o retrocesso barrar,  
 O FORMACAMPO surgiu  
 Para a mente preparar!  
 Formando o educador  
 Para o chão da roça amar,  
 Dando a base teórica  
 Pra prática se consolidar.  
 O FORMACAMPO capacita,  
 Traz saberes do lugar,  
 Mostra que o professor  
 Não está só a ensinar,  
 Ele pesquisa, ele escuta,  
 Ajuda a roça a avançar,  
 Fazendo da formação  
 A arma pra libertar!  
 E o segredo dessa marcha,  
 Que nenhum vento desmancha,  
 É que somos resistência,  
 Na poeira do sertão;  
 Se o sistema corta a verba,  
 Não se cala a nossa voz, não.  
 Quem carrega a terra na alma  
 Nunca foge da missão.  
 Ser resistência no campo  
 É manter o fogo aceso,  
 É dizer ao latifúndio  
 Que o nosso povo tem peso.  
 É lutar por horta, por livro,  
 Por um destino ileso,  
 Sendo a voz do oprimido  
 Que nunca será submisso!  
 Dando um salto na história,  
 O tempo seguiu seu norte.  
 De dois mil e vinte e três  
 A dois mil e vinte e cinco,  
 O povo voltou mais forte!  
 A Caravana Nacional,  
 Sem medo de nenhum corte,  
 Exigiu reconstrução  
 E o fim de qualquer calote.  
 Novos cursos de Licenciatura,  
 A estrutura a retomar,  
 Internet nas escolas  
 Pro jovem não se isolar.  
 De noventa e sete a vinte e cinco,  
 O lema vamos lembrar:  
 "Se o campo não planta, a cidade não janta",  
 E com o FORMACAMPO na luta, a roça vai estudar!  
 Aqui encerro o cordel  
 Com a certeza na mão:  
 A caneta do povo da roça  
 Escreve a própria libertação.  
 A escola viva no campo  
 É semente, é revolução!

## Proposta de oficina formativa para desenvolver estudos sobre os Marcos Conceitual e Operacional do PPP

### (SUGESTÃO)

|                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>TEMÁTICA:</b> Os Marcos <b>Conceitual e Operacional</b> do PPP das Escolas do Campo. |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>PÚBLICO ALVO:</b> Professores, gestores, coordenadores e demais cursistas inscritos. |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>DATA DE REALIZAÇÃO:</b> XX/07/2026 <b>DURAÇÃO:</b> ( ) 4 horas ou ( ) 8 horas        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>LOCAL:</b> Espaço definido pela coordenação municipal (o formador).                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Objetivo (s)</b>                                                                     | Apresentar os elementos constitutivos do Projeto Político-Pedagógico (PPP), compreendendo este como sendo um dos principais documentos norteadores de trabalho pedagógico da escola e que deve ser elaborado de forma coletiva e dialógica, fundamentando o exercício e a construção da identidade institucional no princípio democrático;<br>Perceber a articulação entre os elementos constitutivos do Projeto Político-Pedagógico das escolas do campo: marco situacional, conceitual e operacional, bem como suas características.                                                                                                                                                        |
| <b>Questões geradoras</b>                                                               | De que forma posso promover a elaboração/revisão coletiva do PPP da instituição de ensino em que atuo?<br>Qual nível de participação, você coordenador municipal, pretende implementar na elaboração/revisão do Projeto Político-Pedagógico das escolas do campo em seu município?<br>Você sabe quais são os dados/elementos que devem ser analisados e sistematizados no Marco Situacional?<br>Por que os gestores escolares, os coordenadores municipais e os professores das escolas do campo precisam compreender os Marcos Situacional, Conceitual e Operacional?                                                                                                                        |
| <b>Procedimentos metodológicos</b>                                                      | <b>1º Momento:</b> Acolhida, agenda do trabalho do dia, mística (contextualização, escutas e relacionar com a temática da formação).<br><b>2º Momento:</b> Retome os conceitos, princípios, aspectos legais e o que é o marco situacional do PPP (caderno temático 3);<br><b>3º Momento:</b> Leitura e discussão coletiva sobre o que são os marcos conceitual e operacional, respectivamente do PPP (caderno temático 4 ou texto/artigo/capítulo de livro pensado por cada coordenador);<br><b>4º Momento:</b> Atividades em grupos sobre os elementos que compõem os marcos: situacional, conceitual e operacional na organização do PPP;<br><b>5º Momento:</b> Socialização das atividades |
| <b>Recursos</b>                                                                         | Caderno temático nº 4, texto base, slides, tela projetiva, notebook, caixa de som, internet, piloto, cartolina; PPP ou esboço dele; audição musical (a escolher), filme ou vídeo alusivo à temática da formação (a escolher pelo/a formador/a).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Avaliação</b>                                                                        | Como cheguei? E como estou saindo da formação? O que elogio? O que precisa melhorar para o próximo encontro?                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Encaminhamentos</b>                                                                  | Lista de frequência, registros fotográficos, combinados para os próximos encontros; sensibilização para a leitura dos textos do caderno temático e realização das atividades do cursista e enviar na data certa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

## O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DO CAMPO

O PPP é uma atribuição legal conferida à escola pela LDBEN nº 9.394/96. Representa uma conquista importante para a Educação do Campo, pois a mesma define nos Artigos 12 e 14 a incumbência das escolas elaborarem e executarem suas propostas pedagógicas com a participação dos profissionais, conselho escolar e comunidade.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (Brasil, 1996).

A Resolução do CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo destaca que é preciso levar em consideração os marcos identitários e as definições importantes no processo de construção do PPP. Segundo o artigo 5º da normativa em discussão, a **proposta pedagógica das escolas do campo**, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

**Art. 23.** A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

**Art. 26.** Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: [\(Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

II – maior de trinta anos de idade; [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

V – [\(VETADO\)](#) [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

VI – que tenha prole. [\(Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003\)](#)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 5º No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa.

§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o *caput* deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.

§ 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação. [\(Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017\)](#)

§ 11. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio. [\(Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023\)](#)

**Art. 28.** Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância; [\(Redação dada pela Lei nº 14.767, de 2023\)](#)

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que

considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm).

Assim,

o PPP é o documento referência das práticas educativas, pois revela princípios e concepções, assim como a identidade da escola, valoriza suas especificidades, leva em consideração os sujeitos e seus contextos. Também promove a participação de toda a comunidade escolar, com sentimento de pertença e um compromisso assumido coletivamente. Desta forma, possibilita uma profunda reflexão acerca das finalidades da instituição educacional, juntamente com o esclarecimento de seu papel e a correta definição de caminhos, modos operacionais e ações a serem implementadas na Educação (Smanhoto, 2020, p. 137-138).

Para uma melhor compreensão sobre o PPP das escolas campesinas, faz-se necessário identificar os elementos constitutivos desse documento: os marcos conceitual, situacional e operacional.

Questão problematizadora: quais os elementos constitutivos que compõem o PPP?

Para construir um PPP verdadeiro, que envolva a participação de toda comunidade escolar na ação educativa, é necessário traçar o projeto da escola a partir de três partes que se integram: o marco situacional, marco conceitual e o marco operacional.

### MARCO SITUACIONAL – O que somos?

É a análise da realidade escolar da qual irá delinear-se a identidade da escola. QUAL A ESCOLA DO CAMPO TEMOS?

O **Marco Situacional**<sup>1</sup> explicita como se compreende a sociedade atual; caracteriza o contexto onde a escola está inserida; o papel da escola nesse contexto, a quem ela serve. Apresenta uma análise crítica sobre os problemas existentes na escola e descreve o funcionamento da mesma. Registra a fotografia da realidade escolar, do entorno e dos sujeitos escolares. Para desenvolver o levantamento de dados orienta-se a utilização da

<sup>1</sup> Este texto faz parte do Boletim de Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo (2018, p. 3).

pesquisa, desde a aplicação de questionários, entrevistas, visitas nas comunidades, participar das reuniões, ouvir o movimento social, as secretarias municipais, levantar um banco de imagens, conversar com as crianças desde suas falas, desenhos. Esses dados **geram um inventário da realidade** que precisa contemplar múltiplas dimensões da realidade da escola e seu entorno, das crianças e seu desenvolvimento:

Como estão as comunidades no campo da produção, da cultura, do trabalho, das relações? Quais são os aspectos específicos da cultura, do lazer, das fontes educativas do meio? Como está o atendimento das políticas públicas na comunidade? Existem formas organizativas no lugar? Quais? O trabalho urbano como está? Quais os trabalhos? Quais as características socioeconômicas da comunidade?

**A escola sua história, trajetória e contexto atual.** Como estão as condições dos espaços escolares e sua potencialidade? O tempo da escola para atender as crianças como está? Materiais didáticos são suficientes, adequados? Temos biblioteca com acervo diverso e com produção das crianças? A merenda escolar vem da comunidade? Os cardápios estão adequados, suficientes e coerentes com a alimentação saudável? Temos acesso à internet e o conjunto que dela decorre? Além da sala de aula, quais os demais espaços disponíveis para o trabalho pedagógico? Existe o parque infantil? Espaço dos brinquedos? A escola oferece leitura domiciliar para as crianças e as famílias? O que precisa melhorar? O que precisamos qualificar? A escola tem plano de ação? Quem são as crianças, os educadores e as famílias que formam a escola? O que já sabem, o que ainda não sabem e o que não podem ficar sem saber? Quais os maiores limites ou necessidades das crianças para garantir o desenvolvimento e a aprendizagem? E dos professores? Quais são as suas necessidades e potencialidades? As famílias conhecem o PPP da escola, sabem o que é isso? O que as crianças mais gostam? O que elas não gostam? O que precisamos garantir que elas gostem? Elas leem, usam biblioteca ou sala de leitura? São curiosas, inventivas, críticas?

Para Santos e Santos (2024, p. 48), “o marco situacional descreve a realidade brasileira, do estado, dos municípios e das escolas. Faz uma análise crítica das contradições e conflitos presentes na realidade e suas relações com a prática educativa presente”.

## MARCO CONCEITUAL – O que queremos?

Apresenta a conceituação dos fundamentos teóricos em que a escola se pauta para atender a sua função social. **QUAL A ESCOLA DO CAMPO QUEREMOS?**

**Marco Conceitual ou epistemológico:** é composto pela teoria, pelos fundamentos e pelas concepções que vão ajudar a ler o Marco Situacional e posicionar teórica-política e profissionalmente diante da realidade a ser transformada ou reproduzida. São as balizas, pilares, marcos, sustento do projeto de formação humana na escola.

É nesse marco que discutimos os princípios e concepções da educação e escola do/no campo: Que Escola do Campo temos? Qual a Escola do Campo queremos? Qual a função social da escola? Que referencial teórico, ou seja, que concepções se fazem necessárias para a transformação da realidade? Qual a identidade da escola do campo? Quem são os povos do campo? Como se encontra a escola e a educação do campo frente aos marcos normativos? O que compreendemos por educação rural e educação do campo? Como é tratada a educação do campo no Plano Municipal de Educação e no Documento Curricular Referencial do município? Que currículo deve ser desenvolvido nas escolas do campo ou da cidade que recebem alunos do campo? Que tipo de aluno queremos formar? Para qual sociedade? O que significa ser uma escola voltada para a educação básica no campo? Que experiências queremos que nosso aluno vivencie no dia a dia de nossa escola? Quais as decisões básicas referentes ao que, para que, e a como ensinar, articulados ao para quem? O que significa construir o projeto político-pedagógico como prática social coletiva? Que concepção de Educação pensada pelos povos do campo deve constar no Projeto Político Pedagógico? Qual a educação do/no campo queremos construir? Quais princípios deverão nortear o PPP das escolas do Campo?

Fonte: Santos e Santos (2024, p. 48-49).

## O MARCO OPERACIONAL – O que faremos?

Compreende o planejamento das ações a serem tomadas pela comunidade escolar para efetivar a escola pensada/traçada nos marcos situacional e conceitual. **QUAL A ESCOLA DO CAMPO PRECISAMOS CONSTRUIR?**

**Marco operacional:** expressa a tomada de decisão, exige que se articule o marco situacional com o marco legal e teórico para elaboração das propostas, ou seja, operacionalização das alterações e transformações pretendidas:

Espaços e tempos da gestão democrática: conselho escolar, coletivo de educadores, direção, coordenação, secretaria, organização dos estudantes; Objetivos da escola e dos anos/ciclos; Organização dos tempos na aula, no parque, na biblioteca, no laboratório de informática, no trabalho e outros, já que precisamos superar a sala de aula como espaço único de ensinar; organização desses espaços escolares com a participação das crianças; Definir o currículo da escola e dos anos/ciclos (planejamento – conteúdos – ações educativas e culturais). Planos e planejamento (projetos, complexos de estudo, temas, tema gerador, centro de interesse, sequência didática ...); as práticas de avaliação, seus critérios e instrumentos, os conselhos de classe participativos, agrupar e reagrupar para aprender e ensinar; registros da avaliação. Aprovação, reprovação, repetência, evasão; como conduzir o trabalho com leitura, escrita, oralidade, participação das crianças que sempre são limites; A formação continuada de professores, a hora atividade que não deve ser individual, mas em parceria com outros professores; orientar as atividades de campo, visitas, intercâmbios, idas à cidade para conhecer e ver a biblioteca pública, museu e outros; Calendário escolar; plano de ação da escola com a comunidade. (...) e tudo mais que considerarem necessário.

Fonte: Boletim de Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo (2018, p. 3).

A partir dos dados levantados no Marco Situacional e desejados no Marco Conceitual, é no Marco Operacional que “os gestores escolares e todo o grupo de trabalho deverão elaborar o Plano de Ação contemplando ações nas dimensões administrativa, pedagógica, financeira, relacional, de resultados educacionais, comunitária e participativa da unidade escolar” (Santos e Santos, 2024, p. 203).

O que é o Plano de Ação da Unidade Escolar? Como deve ser a estrutura do Plano de Ação? Para Santos e Santos (2024, p. 203),

O Plano de Ação da escola consiste em um instrumento de trabalho dinâmico com o intuito de propiciar ações, ressaltando seus principais problemas e os objetivos dentro de metas a serem alcançadas, com critérios de acompanhamento e avaliação pelo trabalho desenvolvido. Estabelece tudo o que será feito na prática na escola; o que é necessário e possível para diminuir a distância entre o que somos e o que deveria ser e inclui todas as ações planejadas para o ano, inclusive os projetos institucionais previstos para serem

desenvolvidos, seus objetivos, a duração, os responsáveis e as etapas de cada um.

Um plano de ação deve constar, no mínimo, os seguintes aspectos:

| PLANO DE AÇÃO                     |              |                                |             |              |         |
|-----------------------------------|--------------|--------------------------------|-------------|--------------|---------|
| Dimensão                          | Problema (s) | Metas ou objetivos específicos | Ações       | Responsáveis | Período |
|                                   |              | O que fazer?                   | Como fazer? | Quem?        | Quando? |
| Gestão administrativa             |              |                                |             |              |         |
|                                   |              |                                |             |              |         |
|                                   |              |                                |             |              |         |
| Gestão Pedagógica                 |              |                                |             |              |         |
|                                   |              |                                |             |              |         |
|                                   |              |                                |             |              |         |
| Gestão Financeira                 |              |                                |             |              |         |
|                                   |              |                                |             |              |         |
|                                   |              |                                |             |              |         |
| Gestão de resultados educacionais |              |                                |             |              |         |
|                                   |              |                                |             |              |         |
|                                   |              |                                |             |              |         |
| Gestão de pessoas                 |              |                                |             |              |         |
|                                   |              |                                |             |              |         |
|                                   |              |                                |             |              |         |

Fonte: Santos e Santos (2024, p. 203-204).

Sendo a elaboração/revisão do PPP é um ato político, então é hora de compreendê-lo como instrumento para potencializar nossa posição na luta de classes, considerando-se que nele expressamos nossas escolhas, especialmente no sentido de optar por um ou outro tipo de formação humana, por um ou outro processo de socialização e produção de conhecimento e, portanto, de apreensão da realidade como instrumento para uma intervenção significativa na mesma.

## ENCAMINHAMENTOS E ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

### (Atividade de Aplicação e Compromisso)

**Atividade proposta para os gestores, coordenadores, professores e demais cursistas.**

**SITUAÇÃO:** Na análise dos dados de aprovação, aprovação por Conselho de Classe, reprovação e abandono, uma determinada escola diagnosticou que precisava investir na redução da taxa de aprovação por Conselho de Classe Final. A Secretaria Municipal de Educação do município por meio do Departamento de Educação Básica das Escolas do Campo orientou que essa decisão deveria ser discutida com o Conselho Escolar e as ações a serem desenvolvidas fossem detalhadas no PPP. O gestor escolar, no entanto, não sabe como proceder neste caso, para registrar suas necessidades e propostas de ações dentro dos marcos do PPP. De que forma a escola deve sistematizar essas ações no Marco Situacional, Conceitual e Operacional?

### ORIENTAÇÃO:

A atividade deverá ser respondida individualmente e postada no link que será disponibilizado na aba do GT2 (site do Formacampo) até o dia 10/08/2026.

**Sigamos em mutirões!**

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323> Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares. **Conselhos Escolares**: uma estratégia de Gestão democrática. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília: DF. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares: Volume 5), 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e Educação do Campo**. Brasília: DF. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares: Volume 9), 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021**. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Matemática do Campo** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, 2014. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 15 mai. de 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CALDART, R. S. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. dos S. Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 5. Brasília, 2004.

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: **Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: 2004.

CALDART, R. S. (Org.). **Caminhos para transformação da escola- Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo**: ensaio sobre complexos de Estudo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 13-18.

CONFERÊNCIA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Declaração Final**. Luziânia, 2 a 6 de agosto de 2004.

FORMACAMPO. Caderno temático **Fundamentos da Educação do Campo** do programa Formação de educadores do campo-Formacampo. [S. l.], 2021. Disponível em: [http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page\\_id=311](http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=311). Acesso em: 13 mai. 2023

**Orientações metodológicas para (re)elaboração dos projetos político-pedagógicos à luz do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) (v. 1) /** Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV DGPE, 2021. 116 p.

PARANÁ. Gestão em Foco, caderno 1: **Conhecendo o Projeto Político-Pedagógico**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2018. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao\\_em\\_foco/gestao\\_escolar\\_unidade3.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/gestao_escolar_unidade3.pdf). Acesso em: 25 jul. 2023.

RELATÓRIO TÉCNICO - grupo 1 Diretrizes Municipais da Educação do Campo - DMEC. / Coord. Antoniclebio Cavalcante Eça, Julia Maria da Silva Oliveira, Vilma Aurea Rodrigues. - Vitória da Conquista, 2022.

SANTOS, A. R. dos. **Relatório técnico Programa de Formação de Educadores do Campo** – FORMACAMPO: educação do campo. /Arlete Ramos dos Santos. - Vitória da Conquista, 2022.

SANTOS, E. V. dos. **Gestão democrática e (re)elaboração coletiva do projeto político pedagógico das escolas localizadas no campo no território de identidade Litoral Sul da Bahia** (Dissertação em Educação) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA: UESC, 2024.

SANTOS, Edjaldo Vieira dos Santos. **Gestão Democrática e a construção do projeto político pedagógico das escolas do campo**-Identidade Cultural-Saberes Locais-Relações com a Terra-Meio Ambiente-Agroecologia, Diversidade. Edjaldo Vieira dos Santos, Arlete Ramos dos Santos-Curitiba: CRV, 2024.

SMANHOTO, W. A. **O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Florestan Fernandes e Suas Relações Com o Cotidiano do Assentamento 12 de Outubro**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Mato Grosso, Câmpus de Cáceres, 2018. Disponível em: [Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES](#). Acesso em: 05 jul. 2026.

SMANHOTO, W. A. **O projeto político pedagógico da escola do campo: suas relações com o cotidiano da comunidade**. Waldemir Aparecido Smanhoto. 1ª ed. – Jundiá: Paco Editorial, 2020. 228 p.; 21 cm.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula / Celso dos Santos Vasconcellos**. 16 ed. Rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2019.

VEIGA, I. P. A. Escola, currículos e ensino. In: I. P.A. Veiga e M. Helena Cardoso (org.). **Escola Fundamental: Currículo e ensino**. Campinas: Papirus, 1991.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, Lucia M. G. (Org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (Org.). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998, p. 11-35.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político pedagógico da escola, uma construção possível**. 29 ed. Campinas, SP: 14ª edição Papirus, 2002.

VEIGA, I. P. A. Inovações e Projeto político pedagógico: uma ação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.